



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 24 DE
JUNHO DE 2002: -----**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e dois, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Exm^o.s. Srs. João Luis dos Santos Marques de Pinho, em substituição do primeiro secretário, Luis Filipe Cruz Barreto e António Aquiles Ribeiro Cainé, em substituição do segundo secretário, Eng^o. Tony de Jesus Ventura, pelo facto dos titulares terem faltado à sessão. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exm^o.s. srs. Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Eng^o. Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng^o. Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Manuel Ferreira Inocêncio, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Prof^a. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof^a. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Mário de Jesus Manata-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aditado pelo artº. 2º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos senhores deputados Luis Filipe Cruz Barreto, Eng^o. Tony de Jesus Ventura e Dr. Luis Manuel Neves Rocha, tendo este último apresentado justificação escrita da sua impossibilidade de comparência à sessão. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças anteriormente referidas, à excepção dos senhores deputados Dr. Juan António Figueiredo Apolinário e Dr. José Manuel Fernandes Balugas que chegaram à sessão já depois de ter sido feita a chamada. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2002 E EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE MAIO DE 2002:** Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foram postas à discussão do plenário as actas da sessão ordinária realizada no dia 30 de Abril findo, bem como da sessão extraordinária de 31 de Maio último, tendo ambas sido aprovadas. No tocante à primeira das referidas actas, verificou-se a aprovação por unanimidade e no que respeita à segunda registaram-se duas abstenções, por parte dos deputados senhores Engº. Carlos Monteiro e Dr. Fernando Regateiro, por não terem participado na sessão a que a mesma se reporta -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Interveio, em primeiro lugar, a srª. deputada Drª. Ana Maria Baião para pedir informação relativamente às Escolas Primárias que iriam ser encerradas e qual o destino das crianças em idade escolar, residentes nas localidades em que tal medida vier a ser implementada. Uma segunda questão colocada pela mesma srª. deputada, entronca na primeira e prende-se com o transporte das crianças. Quis saber como é que a Câmara Municipal estava a pensar resolver o problema dos transportes escolares e em que condições de segurança, porquanto tinha já ouvido dizer que a Câmara Municipal iria adquirir um autocarro e era da opinião de que em cada banco deveria apenas ser transportada uma criança, com o respectivo cinto de segurança. -----

----- Seguiu-se a intervenção do deputado sr. Dr. Rocha Castelhana que, antes de mais, se congratulou pela inauguração da bandeira azul, na Praia de Mira, pela 15ª. vez e disse que gostaria também que a referida distinção pudesse igualmente ser hasteada na vala do mar que se encontra conspurcada com animais mortos, restos de peixes, etc., bem como o canal e as bordas da Barrinha. Alertou, depois, para o motocross que é feito todos os Sábados e Domingos, com jeeps, motos, etc., desde a Praia de Mira até ao Areão, por todo o lado, inclusive pelas dunas e apelou para que a Câmara Municipal ou a Assembleia fizessem alguma coisa porque as dunas estavam a ser destruídas. -----

----- Usou da palavra o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira para falar também do hastear da bandeira azul, pela 15ª. vez consecutiva, na Praia de Mira e perguntar se não seria correcto que a Freguesia visada estivesse representada no palanque, junto das demais entidades. De seguida, alertou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

para a existência de imensos roubos nas terras de cultivo da Praia de Mira, desde animais a alfaias agrícolas. Pela sua parte, disse já ter apresentado queixa ao Comando Distrital da GNR, tendo feito chegar uma cópia do ofício à Câmara Municipal e solicitou que mais alguma medida fosse tomada, designadamente, por parte da Câmara. Abordou ainda a necessidade de limpeza da vegetação existente nas margens do canal, sobretudo do lado da estrada, que disse constituir algum perigo, bem como a envolvente do Lago do Mar, invadida por um silvado, quando em anos anteriores, essas limpezas eram sempre efectuadas.-----

----- Nesta altura, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia explicou a ausência do sr. Presidente da Câmara, por motivo de doença de um familiar e propôs a aprovação de um voto de solidariedade, porquanto, disse, independentemente da opção política de cada um, o sr. Presidente da Câmara merecia a solidariedade humana de todos, nesta fase tão difícil da sua vida. O sr. deputado Narciso Patrão, solicitou que fosse explicado um pouco melhor o que se estava a passar, porquanto apenas sabia que se tratava de doença de um familiar e nada mais. O deputado. sr. Dr. Fernando Regateiro, tomou a palavra para dizer que, como profissional, sabia que se tratava de uma situação muito delicada, por parte da esposa do sr. Presidente, para a qual se devia desejar a melhor recuperação e, se possível, a recuperação completa mas que se privava de revelar. Posto isto, o sr. Narciso Patrão disse que comungava inteiramente da dor do sr. Presidente da Câmara e estava solidário com ele.-----

----- Posto à votação, o plenário aprovou por unanimidade o voto de solidariedade proposto pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia.-----

----- Seguidamente, usou da palavra o sr. Vice-Presidente, Vereador Nelson Maltez, para dar resposta às intervenções dos senhores deputados, anteriormente verificadas. Assim, começou por dar resposta à intervenção do deputado Dr. Rocha Castelhana, dizendo que a Câmara municipal comungava da preocupação por ele revelada, no tocante à limpeza das margens dos cursos de água. No tocante ao motocross, disse que, pessoalmente, desconhecia tal facto e pensava que também a Câmara Municipal não estava por dentro do assunto; que, o patrulhamento e a vigilância de tais situações não competia à Câmara Municipal mas que esta, depois de alertada, iria, certamente, fazer chegar o assunto àquela força de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

segurança. Sobre a questão da bandeira azul a que se reportou o deputado sr. Carlos Milheirão, disse que em lugar de destaque deveriam ter estado muitas outras entidades que lá não estiveram; que, havia lugar para todos e que se alguma falha houve, desde já era assumida; que o protocolo era para ter sido conduzido pelo sr. Presidente da Câmara e, só à última da hora, se soube que não iria ser e, talvez tivessem havido algumas falhas. Sobre o problema dos roubos na Praia de Mira, disse ser uma questão a tratar com a GNR e que a Câmara iria fazer eco da preocupação do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia junto da GNR. Sobre a limpeza das margens envolventes dos cursos de água, disse estarem em curso alguns trabalhos na Praia de Mira e que pensava chegar também aos pontos focados. Relativamente ao assunto focado pela sr^a. deputada Dr. Ana Maria Baião, passou a palavra ao sr. Vereador do Pelouro, Prof. Luis Balseiro que informou que não iria fechar nenhuma escola, contrariamente ao que fora sugerido pela DREC, independentemente de corresponderem aos parâmetros indicados pelo Ministério da Educação para que fechem, tanto mais que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 35/88, as escolas com um número de alunos inferior a dez, são susceptíveis de serem encerradas. Ainda assim, disse, a Câmara Municipal entende que não existem condições para encerramento desses estabelecimentos, designadamente porque não estão criadas as condições necessárias para se poder garantir uma escola de sucesso para os alunos oriundos desses escolas, pois existe toda uma logística que tem que ser assegurada, desde os transportes, a alimentação, a ocupação de tempos livres, etc. e não há ainda condições logísticas para se poder assegurar uma boa escolaridade a tais alunos, daí que não tivesse sido aceite a sugestão da Direcção Regional para encerramento das escolas da Lagoa, Arneiro e Presa (quanto a esta última, o sr. Vereador frisou não ter a certeza absoluta). Sobre cerimónia da bandeira azul, esclareceu que foi o próprio presidente da bandeira azul que fez questão de convidar as pessoas para a mesa. Mesmo assim, pela parte que cabe à Câmara Municipal, apresentou pedido de desculpas. A finalizar, informou que estava programado para, a breve trecho, ser feita a limpeza do canal e do Lago do Mar. -----
----- A sr^a. deputada Dr^a. Ana Maria Baião reforçou a ideia da necessidade de segurança nos autocarros de transporte de crianças, tanto mais que a 1^a. causa de morte infantil eram precisamente os acidentes na estrada e uma vez que a Câmara manifestava intenções de adquirir um autocarro, que seria, naturalmente,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

utilizado por crianças, designadamente em visitas de estudo e passeios escolares, seria bom que esse aspecto estivesse sempre presente. -----

----- Por esta altura dos trabalhos, eram cerca de 15:15 horas, ausentou-se da sala o deputado sr. Dr. Fernando Regateiro, não tendo mais regressado. -----

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, deputado sr. Carlos Milheirão, interveio, de novo, para referir que não tinha sido apenas na cerimónia da bandeira azul que a Junta de Freguesia da Praia de Mira não tinha estado representada; que, tinha havido outras situações em que o mesmo se tinha passado e estranhava que em alguns casos era convidado muito tardiamente. Disse ainda que, no que concerne à “Festa do Pescador e do Peixe”, tinha sido convidado posteriormente e tardiamente e estranhava que a Junta de Freguesia da Praia não figurasse nos respectivos cartazes como entidade apoiante; que, tinha estado presente nas marchas de S. João, com muito gosto e que tinha também sido convidado para fazer parte das festas de S. Tomé e que tinha aceite, com boa vontade, assim como aceitava fazer parte de qualquer outra festa, sobretudo na sua freguesia. De qualquer forma, disse que gostava que as coisas fossem feitas atempadamente pois, caso contrário, poderia pensar se seria apenas um desconhecimento ou um desleixo por parte das pessoas que estão na organização dos eventos ou se, por outro lado, se não seria antes uma tentativa de fazer esquecer a freguesia da Praia em todas essas realizações.-----

----- O sr. Vice-Presidente, respondendo às intervenções anteriores, disse que tinha registado as preocupações manifestadas pela deputada Dr^a. Ana Maria Baião e que as recomendações feitas iriam, obviamente, ser tidas na devida conta. Sobre as questões levantadas pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, garantiu que não havia nenhuma animosidade nem má vontade, por parte do Executivo Municipal em relação àquela Autarquia, assim como não havia nenhum tratamento desigual relativamente às demais freguesias do concelho. Mesmo assim, disse que as preocupações manifestadas eram registadas mas que se tratava apenas de uma maneira diferente de condução das coisas e uma maneira diferente de ver.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O deputado sr. Engº. Cravo Roxo interveio para ler o seguinte texto: “Sr. Presidente e srs. deputados: dirijo-me a esta Assembleia no sentido de deixar algumas interrogações sobre o artigo que os senhores deputados do Partido Socialista fizeram divulgar no último número dos jornais que se publicam no nosso concelho. As propostas do executivo camarário, apresentadas a esta Assembleia na nossa última reunião de 2002.Maio.31, foram a sua causa próxima e tem a ver com o parecer do executivo em contrair empréstimos bancários no valor de 3 milhões de euros, para saneamento financeiro da autarquia e 4,5 milhões de euros para investimento em obras ao longo do presente mandato. Começo por dizer que é com algum espanto que verifico que os senhores deputados não tiveram em conta os esclarecimentos dados pelo executivo camarário, presente na altura na reunião, bem como os que, também aqui, deixaram os eleitos do Partido Social Democrata, pelo que, sou levado a concluir, senhores deputados, que saíram da nossa última reunião como entraram. Quer isto dizer, não entenderam as explicações dadas na defesa do procedimento que o executivo pretende, caso o consiga levar por diante. Digo isto, já que, se repensarmos os argumentos que apresentaram nas defesas das vossas ideias, constatarão que elas se colam perfeitamente aos apresentados pelos Vereadores do Partido Socialista no executivo, na reunião em que este assunto foi posto à discussão. Vejam-se as actas e verifique-se o seu conteúdo: semelhança atrás de semelhança. O que se pode extrair daqui? Apenas uma conclusão: que não é só grave, mas mais que isso, irreflectida, a posição que tomaram. Passaram-se mais de 6 meses após o resultado eleitoral de que proviemos e, ainda hoje, conhecendo-se o prenúncio da situação financeira da nossa Câmara, comungam do pensamento dos que elegeriam como timoneiros do destino do nosso concelho e que também foram os principais obreiros da situação que hoje, nesta Câmara, é vivida. E o que quer isto dizer também? caso o sr. Dr. Mário Maduro, nosso Presidente da Câmara, não tivesse sido o escolhido pelos Mirense para desempenhar essa função, estariam hoje, por vossa parte, a defenderem a situação que iria conduzir, senão lá, lá perto, ao descrédito total da nossa Câmara. Teríamos, concerteza, mais obras em plano, mais obras a decorrer e, conseqüentemente, mais débito aos credores, tudo isto na defesa, como dizem, dos interesses do concelho. Será que fosse? Não haveria por detrás disto hipoteca do futuro desenvolvimento do concelho? Será que, o trabalho



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

anteriormente desenvolvido foi no sentido de colmatar as necessidades das populações ou, pelo contrário, foi no sentido de fazer vingar uma opção que não teve resultado prático nas urnas? Será que a venda de terrenos a preços controlados (peço desculpa mas nunca vi tal, para o fim que preconizam), pode representar receita capaz de movimentar um concelho que pouco ou nada tem? Será que não se vislumbra que o vendedor não pode mostrar interesse na venda do seu bem, pela simples razão de que fica preso ao interesse do eventual comprador? Será que não se conhece que as candidaturas a fundos comunitários apenas são possíveis, não só após projecto aprovado mas, também, da obra, qualquer que ela seja, estar adjudicada, por conseguinte, haver compromisso entre o adjudicante e o adjudicatário? E se não vier a ocorrer financiamento, a Câmara desiste? Com que custos? Que estudo planificado e calculado mereceram as obras que foram levadas a cabo nos últimos anos, algumas delas capazes de merecer das populações o sinal evidente de que foram obras de fachada? que valor, repito, que valor, têm algumas dessas obras, comparadas com os custos, repito, com os custos que acarretaram e ainda acarretam para o Município? Como se quer que se fale de futuro, quando ainda hoje não está avaliado o passado recente? O que fez sorrir o Partido Socialista nos últimos anos foi posto em causa, como é sabido, no último resultado eleitoral. Hoje é o que se vê, não querem ouvir falar da época em que se riam. Pergunto: é conflagrador para vós? Sejam sérios, pensemos com os pés no chão e cabeça no lugar e demos algum benefício da dívida ao actual executivo camarário, na certeza de que o mesmo vai conduzir o nosso concelho apenas pelo trilho de que é possível e necessário". -----

----- O sr. deputado Engº. Carlos Monteiro pediu a palavra para contestar a intervenção do sr. deputado Engº. Cravo Roxo, pois que, em seu entender, se todos para ali viessem com discursos políticos ocupavam o tempo todo da sessão e não se tratava de mais nenhum assunto; que, o sr. deputado Engº. Cravo Roxo, tinha ido buscar um discurso eleitoral que leu e ocupou todo o tempo e ninguém mais pode apresentar questões. -----

----- O deputado sr. Dr. José Balugas interveio para dizer que era presunção por parte do sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo dizer que os deputados do Partido Socialista não entendiam a posição do Partido Social Democrata quando, na verdade, entendiam muito bem essa posição, simplesmente, tinham



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

uma opinião diferente, não sendo por isso que se tornavam inimigos; que, o anterior executivo já tinha sido julgado nas urnas e tinha já pago pelos erros que tinha cometido e tinha, na verdade, cometido alguns; que, o sr. deputado Eng^o. Cravo Roxo estava a querer defender erros que se pretendem cometer no futuro que eles, eleitos do Partido Socialista, avisados pelos erros do passado, não querem cometer. -----

----- O sr. deputado Eng^o Virgílio Cravo Roxo retorquiu que tinha sido notório que os deputados do Partido Socialista tinham defendido exactamente a mesma posição que o sr. Vereador Dr. Agostinho Silva tinha defendido na reunião de Câmara e que, se pensavam pelas próprias cabeças, deveriam ter também argumentos diferentes.-----

----- Previamente inscrito para usar da palavra, interveio o sr. deputado Pedro Nunes que começou por dizer que, sempre que esteja autorizado a intervir e, enquanto não lhe for cortada a palavra, usaria do seu tempo como melhor lhe aprouvesse, quer fosse para fazer intervenções de cariz político, quer fosse para debater casos pontuais de interesse para o concelho. Informou que tinha uma intervenção política a fazer, em nome da bancada do Partido Social Democrata que apresentaria logo após os casos pontuais que pretendia expor. Assim, começou por se congratular com as actividades culturais levadas a cabo pelo Executivo, como seja a festa dos doces tradicionais e as marchas populares. Abriu um parêntesis para manifestar a sua discordância pelo facto do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira não ter estado presente na cerimónia do hastear da bandeira azul, porquanto tratava-se do representante da freguesia e deveria ter lá estado. Sobre a festa dos doces, disse ter notado a falta do sr. Presidente e disse também que tinha sido um evento interessante, organizado pelo respectivo pelouro, na qual participaram diversas colectividades do concelho e não só, também do distrito e que, posteriormente, tinha lido uma entrevista em que o referido autarca dizia que não tinha sido convidado; que, concretamente no que toca à festa do peixe, o sr. Presidente da Junta não precisava de ser convidado porque a festa era na sua casa e que muita gente tinha notado a sua falta. Relativamente ao problema do motocross, disse que existiam abusos e tinha que ser exercida mais fiscalização e imposta mais disciplina; perguntou, também, se tinha sido dada autorização para utilização dos arruamentos do futuro local de habitação social da Videira Norte, por desportos motorizados, uma vez que teve conhecimento de que, recentemente, aquele espaço



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tinha sido utilizado para esse fim e entendia que, sendo aqueles arruamentos privados, não deveriam ter semelhante utilização, porquanto acabavam por ficar degradados. Por fim, leu o seguinte texto: “1. Seria bom recuar a Dezembro de 2000, altura em que o anterior Executivo solicitou autorização para contrair um empréstimo de trezentos mil contos. Será bom recordar que os deputados municipais do PSD na Assembleia Municipal votaram favoravelmente o empréstimo e, mais, sugeriram que se deveria pedir mais, até porque as condições de mercado eram melhores e as dívidas já eram muito superiores ao empréstimo solicitado. Será bom recordar que o anterior Executivo, ou não sabia quanto e a quem devia ou não queria admiti-lo e limitou-se a pedir um balão de oxigénio. Estávamos em Dezembro de 2000 e chagámos a Dezembro de 2001, com um milhão e meio de dívidas, ou será mais ainda? Em breve se saberá. Mas, as estátuas fizeram-se, os largos têm placas, a piscina fez-se, repararam-se e construíram-se vias de comunicação, mas também se venderam muitos lotes no Miroásis. Para onde foram os milhares de contos recebidos? Milhares que deveriam ter sido aplicados, em nossa opinião, nas infra-estruturas locais do empreendimento. 2. Mal o actual Executivo tomou posse, começaram a aparecer facturas e mais facturas e a Câmara tem de honrar os seus compromissos e, se possível, atempadamente. Honra e progresso, já aqui foi dito! Mas este só se faz investindo e, para tal, são precisos meios. Os senhores deputados do partido Socialista na Assembleia Municipal de Mira sabem que só este órgão pode autorizar ou não a Câmara a contrair empréstimos e sabem também que, não é vendendo terrenos a preços controlados, certamente que se referia ao lotes para habitação social, mas esses já têm o preço definido e consta do regulamento respectivo que foi aqui aprovado. Sabem ainda os senhores deputados que este Executivo não pode ainda ter projectos elaborados para os cerca de novecentos mil contos de investimentos, pois este empréstimo é diferido a três anos e o dinheiro será pedido conforme projectos e candidaturas que oportunamente serão apresentados. Finalmente, sabem como nós e como devem saber todos os Mirenses que, além de um milhão e meio de contos ou mais de dívidas deixadas pelo anterior Executivo, nem um só projecto ficou. Façamos política pelo nosso concelho mas digamos toda a verdade e não só aquela que nos interessa”. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira agradeceu ao sr. deputado Pedro Nunes aquela sua manifestação de solidariedade quanto à sua reclamação sobre a sua ausência nas cerimónias da bandeira azul e, por outro lado, disse que a resposta que tinha dado no “Jornal da Gândara” tinha sido bastante doce, quiçá até mais doce do que os doces que estavam na mostra de doçaria. Aproveitou ainda para dizer que não era verdade que a Câmara anterior não tivesse deixado qualquer projecto, pois lembrava que existia um projecto para o cinema e serviços da Praia de Mira que o actual Executivo tinha anulado, tendo que pagar ao empreiteiro cerca de 5.000 contos para desfazer o contrato. -----

----- O deputado Dr. José Balugas recordou dois aspectos que considerava fundamentais para a questão em apreço. Um deles, disse que se prendia com o desconhecimento do montante exacto da dívida, que podia ser de 1,5 milhões, mas também podia ser mais ou menos e que se tinha falado numa inspecção da qual não eram ainda conhecidos os resultados, pelo que, tudo não passava de simples conjecturas; que, de facto a situação era grave, mas o que é que as gerações futuras iriam fazer com uma dívida de 3 milhões de contos, se agora nada se podia fazer com uma dívida de um milhão e meio? -----

----- Passada a palavra ao deputado sr. Pedro Nunes, este disse que, na verdade, o Executivo tinha que ser ambicioso, mas para cumprir a sua missão necessitava de meios. Quanto ao projecto do cinema, disse que, provavelmente, o sr. Presidente da Junta da Praia comungava consigo, no tocante à localização de tal infra-estrutura, que não lhe parecia a mais adequada, em função de outras existentes no mesmo espaço, designadamente o centro de saúde que estava a ser edificado em espaço contíguo. -----

----- O deputado sr. Engº. Virgílio Cravo Roxo, contrapôs as afirmações do deputado Dr. José Balugas, porquanto entendia que, estando a Câmara Municipal a solicitar financiamento para saneamento financeiro, os montantes não eram todos a somar, mas antes a subtrair, designadamente, os três milhões de euros. -----

----- O deputado Dr. Juan António solicitou autorização para intervir e começou por lavrar um protesto pela razão do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, representante máximo da dita freguesia, não ter sido convidado para estar presente nos eventos a que o mesmo se referiu, situações essas de cariz concelhio mas que tiveram assento na Praia de Mira; disse que havia formas mais correctas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de fazer política e que, como força viva do concelho deveria ter estado presente e fez votos para que, de futuro, o mesmo não fosse esquecido, pois que era uma mais valia a acrescentar a esses eventos. Reportou-se, seguidamente, à questão do empréstimo bancário, começando por afirmar o seguinte: *“A crispação é mil vezes preferível à indefinição. A acção é muito melhor que a inacção. A clarificação é mais útil que a falta de rumo ou obscuridade. Só há um risco, a saber: é que sobre a espuma da polémica e o barulho que por aí se faz se perca a noção do essencial e o essencial é o concelho, concelho esse que todos, mas mesmo todos, gostamos e a prova disso é que estamos aqui. É necessário e é muito útil massa crítica e, permitam-me este pequeno aparte, nalguns dos colegas da bancada socialista chegava a por em questão se havia massa crítica porque durante 4 anos não os ouvi num comentário crítico que fosse. Mas é necessário ter o respectivo peso estratégico e económico, é fundamental credibilizar a política financeira e económica da Autarquia. As opções fazem parte de linhas estratégicas e políticas que diferenciam, no fundo, alternativas. Assim, poderíamos questionar algumas obras do passado, como a estátua do D. Pedro ou a estátua ao pescador que, na sua essência, são obras com um significado, mas, se me permitem, o que é que acrescentaram à qualidade de vida dos Mirense e ao seu bem-estar?”*

Reportou-se, depois, à questão abordada pelo deputado Dr. José Balugas, relativamente ao empréstimo para saneamento e sobre a opção estratégica da Câmara em querer criar novas instalações e disse que se tratava de opções, embora discutíveis, mas que talvez acrescentassem mais qualidade de vida aos Mirense do que as estátuas que tinham algum valor, de facto, mas que nada tinham acrescentado à qualidade de vida das pessoas.-----

----- Usou da palavra o sr. Presidente da Mesa da Assembleia para fazer uma intervenção que disse ser uma reflexão pessoal que tinha já partido da sessão anterior em que, talvez de uma forma exageradamente exaltada da sua parte, tinha demonstrado que não aceitaria com facilidade qualquer expressão que lhe anulasse o pensamento ou a capacidade de reflexão e nunca imaginou que os deputados do PS presentes na Assembleia tivessem a coragem de passar para o exterior, para os órgãos de comunicação social locais, aquilo que ali tinham produzido, por uma questão de cor. Daí que tivesse feito um escrito que iria ser publicado em três fases em que tentaria desmontar aquilo que ali tinha sido nitidamente um jogo de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

enganos. De seguida, leu o seguinte: “O nosso povo tem uma expressão gira quando alguém depara com uma situação que vira do avesso a realidade das coisas: “fica de queixo (ou cara) à banda”. A coisa não é para menos quando se lê o manifesto “Empréstimo vai hipotecar o desenvolvimento do nosso concelho”, mandado para publicação nos órgãos de comunicação social pelos deputados socialistas da Assembleia Municipal de Mira. O velho truque dos ralhos de soalheiros, em que se chamam aos outros os nomes feios que se têm, não é tábuia de salvação que preste, mas, entende-se, “os naufragos eflitos até a um rolho de silvas se agarram”. É do conhecimento público que o actual Executivo Camarário mandou realizar uma auditoria externa à gestão anterior e que se encontra já em fase de redacção final. É convicção comum que este tipo de iniciativas não leva a nada, não prova nada de anormal. Repare-se na coincidência(?): enquanto vigorou essa convicção de nada aparecer de comprometedor, os deputados socialistas da Assembleia Municipal guardaram um prudente silêncio; agora que já começou a constatar ter sido detectado um quadro negro de ilegalidades atrás de ilegalidades, aparece este manifesto, estilo “bourreur des crânes” (parlapatão), técnica recomendada num congresso dos socialistas franceses, em 1923, para usar nas situações em que não é possível vencer os argumentos adversários. Os ilustres deputados socialistas da Assembleia Municipal são pessoas inteligentes, mas tardam em perceber que o povo de Mira é sagaz, não vai atrás de fadinhos choradinhos e chumbou a política do espalhafato. Insistem nos erros do passado recente de lançar poeira para os olhos e não deixar ver o estado caótico das finanças municipais deixado pelo Executivo Camarário anterior. Que funcionem ou não como uma “turma de repetentes”, é a eles que compete decidir, na certeza, porém, de que não lhes vai ser tarefa fácil fazer vingar jogos de enganos como o patenteado neste manifesto. É forçoso desmascarar o artifício. Irei por partes: a) A hipoteca do desenvolvimento futuro do nosso concelho; b) As fontes de receita; c) A prioridade das obras. -----

----- A – A HIPOTECA DO DESENVOLVIMENTO FUTURO DO NOSSO CONCELHO-----

----- Antes de mais, prova-se a extemporeidade do alarido, mesmo que houvesse matéria para o ser, dando como certo a contracção dos empréstimos bancários que foram sujeitos a aprovação pela Assembleia Municipal. Ninguém tem a certeza de que vão ser aceites pelo Tribunal de Contas, dadas as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

restrições ao endividamento pelas autarquias estabelecidas pelo actual Governo. No bom entendimento de preservar a imagem da Câmara como pessoa de bem, que paga a quem deve, o actual Executivo camarário sujeitou à aprovação da Assembleia Municipal propostas para contrair dois empréstimos nos seguintes montantes: 3.000.000 de euros (600.000 contos) para saneamento financeiro e 4.500.000 de euros (900.000 contos) para obras prioritárias. Em documentação fornecida para fundamentação, conforme estipula a Lei n.º 42/99, de 6 de Agosto, torna-se patente que este recurso, sem dúvida penalizante para futuros executivos camarários, mas também e sobretudo para o actual, é da inteira responsabilidade do Executivo Camarário anterior que gastou o que tinha e não tinha, sem “rei nem roque”, completamente “à orça”, deixando por fazer obras prioritárias. Quer na sessão da Assembleia Municipal, realizada em 2002/05/30, quer agora no manifesto, os deputados socialistas ignoraram essa documentação com olímpica serenidade. “O passado é passado – disse um -, o que importa é o presente e o futuro”. O dito vale para as grandes mágoas, mas não anula as dívidas. O brutal endividamento herdado pela Câmara actual alguém o tem de pagar. Não desaparece com o esquecimento (Veja-se local). Em política de transparência, é obrigação do actual Executivo Camarário, após apuramento exacto da “herança” deixada, dar conhecimento ao povo de Mira de todos os dados disponíveis e propor à Assembleia Municipal a aprovação das medidas aconselháveis à gravidade da situação. Pelo pouco que conheço, dá para “ficar com os cabelos em pé”. Por distração ou deslante, não importa para o caso, os deputados socialistas presentes nessa sessão da assembleia Municipal nem sequer aprovaram a proposta do empréstimo de saneamento financeiro que é inferior à cobertura das facturas deixadas por pagar!... Abstiveram-se, lavaram as mãos, sob o argumento de que se fosse um montante menor ainda poderia receber a sua aprovação!... Comentarei nas outras partes mais erros graves. Pelo que foi dito, já terá ficado claro que o manifesto dos deputados socialistas na Assembleia Municipal é uma espécie de responsório tardio e imprestável para esconjurar os diabos soltos pelo Executivo Camarário anterior.---

----- (LOCAL) HERANÇA DE “BANCARROTA” NAS FINANÇAS MUNICIPAIS -----

----- Está ainda por apurar o quantitativo exacto do endividamento deixado pelo Executivo camarário anterior. Não dá para entender como se chegou a este estado de coisas. Conhecem-se até montantes



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

elevados de empréstimos bancários contraídos para pagar as despesas de determinadas obras de que agora aparecem facturas por saldar!... Sem tomar em consideração esses empréstimos bancários contraídos, o juro de juros que se está a pagar e outras eventuais facturas que ainda não foram apresentadas, vejamos os dados apresentados por uma economista da Câmara de Mira: “A Autarquia apresenta-se neste momento com um grave desequilíbrio financeiro na sua tesouraria: as receitas geradas não são suficientes para fazer face a encargos assumidos e que transitaram da gerência anterior – montantes facturados não pagos. Embora tenha sido pago já uma parte substancial (cerca de 200.000 contos), o montante em dívida é elevado”. Note-se bem: o actual Executivo camarário já pagou facturas de despesas feitas pelo Executivo anterior que ascenderam a cerca de 200.000 contos, em sacrifício da implementação do seu programa eleitoral. tem em cima da mesa, sem dinheiro para o pagar, mais o seguinte “bolo” de facturas: ...” O sr. Presidente da Mesa da Assembleia terminou o texto dizendo “uns comem os figos e outros rebenta-lhes a boca!!!...” e escusou-se de enumerar as facturas em questão por serem do conhecimento dos senhores deputados. -----

----- Interveio o deputado sr. Narciso Patrão para dizer que parecia que se estava em campanha eleitoral; que, não era necessário que os deputados do PS aprovassem fosse o que fosse, porquanto o PSD tinha a maioria, mas que, já que a carência era tão grande, ela fazia questão de oferecer a senha de presença a que tinha direito por estar na reunião, para ajudar a minorar a dívida; que, tinha estado na Câmara durante dois anos e meio, diariamente e nunca tinha recebido um tostão, como tal, dispensava a senha de presença a que tinha direito. -----

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Milheirão, disse que o sr. Presidente da Mesa da Assembleia tinha feito um estudo aprofundado e talvez até mais célere do que a própria auditoria que estava a decorrer, a pedido da Câmara e questionou se o Executivo anterior apenas teria deixado coisas más se, ao menos, não tinha deixado uma única coisa boa. Em jeito de brincadeira, finalizou dizendo que a rubrica sexual não era para ali, mas sim para a “Maria” ou “Nova Gente”. -----

----- Prosseguiram os trabalhos, de novo com a intervenção do sr. Dr. Gabriel da Frada, para dizer que exposição por si apresentada se reportava apenas à primeira parte e que iria ter mais duas partes para



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

responder; que, tinha achado muito estranho no manifesto que uma coisa tinha sido a declaração de voto do PS, que estava aprovada e já ninguém mudava, em que falaram de habitação a preços controlados e depois, para os jornais, falaram em terrenos a preços controlados; que, tal facto, politicamente era muito grave, porque não existia a figura jurídica “terrenos a custos controlados” e sim “Habitação Social e Habitação a preços controlados; que, falavam também na CEE, mas que se sabia muito bem que existiam verbas avultadas para serem distribuídas, mas que as mesmas eram destinadas a projectos, era para futuro e não para pagar dívidas do passado; que, no fundo, o que estava a ser dado a entender era que o Executivo anterior para deixar tal dívida, não tinha recorrido aos fundos comunitários porque não tinha preparado bem os projectos ou porque os não tinha sujeitado à aprovação, em condições de agora se não ter um encargo tão grande com dívidas de tamanho montante; que, já tinha tido conhecimento de um relatório prévio da auditoria e que o que seria apresentado à Assembleia seria, naturalmente, a redacção definitiva, que integrará todos os valores e todas as explicações necessárias para ser julgada e se ver a coragem das pessoas na tomada das posições consentânea com aquilo que se detectar de irregularidades; que, não deveriam adiantar-se porque poderiam queimar-se; que, se tinha falado noutra fonte de receita., designadamente, o campo de golfe, em que a proposta de arrematação tinha sido de trezentos mil contos e no orçamento do ano passado tinham sido inscritos 750 mil, por aqui se podendo ver a qualidade das contas do executivo anterior; que, se tinha falado na prioridade das obras e gostaria de saber para que servia o troço da variante já executado se não era para ter continuação para desafogar o trânsito que segue em direcção à Praia de Mira e voltar de novo ao centro, mais valia deixar estar como estava que era mais rápido, ou continuar com a Valeirinha que dava para o mesmo; que, sobre a necessidade de um edifício novo para a Câmara Municipal, não só para os trabalhadores mas também para o público em geral; que, outra obra prevista era a urbanização da Praia de Mira, que não se podia mexer com o que lá estava porque tudo aquilo representava muito suor de toda aquela gente e que se admirava que um estudo mandado fazer pelo Executivo anterior ao GTL não tenha sido sentido como obra prioritária; que, se tinha falado numa hipótese de habitação social que era uma aldrabice e ali que havia hipótese de aumentar a habitação não se aprovava, não era obra prioritária; que, no tocante a espaços para juventude, não era



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nada prioritário entreter os jovens, valia mais entregá-los à droga?!... Que, em seu entender, esta era uma bonita visão!.....

----- O deputado Dr. José Balugas disse que, naqueles anos todos, não se lembrava de nada igual, desde logo, que tinha sido dado a entender que só os deputados do PSD eram inteligentes e que os deputados do PS não tinham massa cinzenta, eram todos burros, em total falta de respeito por quem pensa de maneira diferente; que, já uma vez tinha dito ao sr. Presidente da Mesa que a sua forma de actuar não estava certa, mas que se ele queria continuar com a mesma postura, então deveria juntar-se ao restante plenário e fazer as intervenções que melhor entendesse, porque o Presidente da Mesa da Assembleia tinha a obrigação de ser isento e de apaziguar a Assembleia, de serenar os ânimos; que, tinha, contudo, o direito de exprimir a sua opinião mas não lhe parecia que fosse a melhor maneira, porquanto se todos falassem no mesmo tom, entrar-se-ia num ataque desenfreado e não era isso que se queria, antes se pretendia o debate de ideias e que ainda bem que havia maneiras de pensar diferentes, caso contrário não havia democracia; que, o sr. Dr. Gabriel da Frada tinha começado por criticar por ter vindo a público algumas coisas que se passaram na sessão anterior e, depois, acabou por dizer que iria publicar o texto que acabara de ler, como tal, não via onde estava a coerência; que, por outro lado, se existiam elementos que não eram do conhecimento dos deputados do PS, isso era falta de honestidade política, porquanto deveriam ser conhecedores de todos os dados para poderem reavaliar a sua posição e, eventualmente, tomar até outra. Dirigiu-se, depois, directamente ao deputado Dr. Juan António para dizer que “nem só de pão vive o homem” e que, pela sua ordem de ideias, enquanto houvesse um pobre ou um buraco na estrada, não se faziam estátuas e estas, sejam elas de que natureza fossem, eram sempre a memória do povo.

----- O sr. deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, questionou em que situação estava a habitação social na Videira Norte e solicitou alguma celeridade no andamento do processo porquanto, a partir de Setembro, iria acabar a bonificação de juros o que implicaria sacrifício redobrado para as famílias interessadas. O sr. deputado Dr. Juan António esclareceu que, naquele momento, a possibilidade de recurso a crédito já não existia, porquanto todos os pedidos deviam ter entrado nos



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

bancos e estarem aprovados até 31 de Maio findo, muito embora as escrituras pudessem ser celebradas até 30 de Setembro próximo. -----

----- Dando resposta ao sr. deputado Dr. José Balugas, o sr. Dr. Gabriel da Frada esclareceu que era livre de expressar as suas ideias e entrar em toda a polémica e, ao fazê-lo, o sr. deputado podia dirigir-se a ele, não como Presidente da Mesa, mas como deputado, em igualdade de circunstâncias; que, outra coisa era a forma de gerir os trabalhos e aí poderia ser chamado à atenção caso falasse; que, quanto ao resto, sempre que fazia uma intervenção, o fazia com o calor próprio do momento, com os argumentos que entendia, sujeitos a contestação ou não, era a ideia pela ideia; que, lhe parecia que não tinha acrescentado nenhum dado que não fosse do conhecimento público, tendo apenas referido que “consta que há um quadro negro de ilegalidades, atrás de ilegalidades”. Disse, seguidamente, que tinha sido ultrapassado o lapso de tempo reservado ao “período de antes da ordem do dia” e que, a menos que a Assembleia decidisse prolongar esse período, dava apenas autorização para que pudessem intervir ainda as pessoas inscritas para o fazer e não aceitava mais inscrições.-----

----- O sr. deputado Eng^o. Carlos Monteiro disse que, em sua opinião, não deveria prolongar-se, por mais tempo o período em questão e apenas queria lembrar que tinham sido quatro deputados a expor o mesmo caso e que tinham demorado uma hora e um quarto a fazê-lo e tinham ficado casos pendentes para serem colocados ao Executivo. -----

----- O deputado sr. Ricardo Rocha Diniz fez uma interpelação à Mesa no sentido de ser informado qual era o tempo limite para cada intervenção, uma vez que havia o perigo de se perder informação por limite de tempo e, por outro lado, estavam sujeitos a intervenções demasiado longas que cortavam a possibilidade de intervenção a outros deputados, tendo o sr. Presidente da Mesa da Assembleia dito que não constava no regulamento de forma específica e que era o próprio plenário que estabelecia, em face da quantidade de intervenções. Os senhores deputados Eng^o. Carlos Monteiro e Prof^a. Elzita Seixas, contestaram a informação do sr. Presidente da Mesa, dizendo que, de facto, esse limite de tempo por cada intervenção estava expresso no Regimento, pese embora o facto de nunca ter sido cumprido, mas que, na realidade ele existia. O sr. deputado Dr. José Balugas expressou a sua opinião no sentido de imperar o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

bom-senso. A final, o sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o prolongamento do período de “antes da ordem do dia”, por forma a possibilitar a intervenção dos senhores deputados já inscritos, tendo a proposta sido aprovada por maioria -----

----- Assim, continuaram os trabalhos, com a intervenção do sr. Vice-Presidente da Câmara para dar resposta às questões colocadas pelos senhores deputados, tendo começado por responder ao sr. deputado Pedro Nunes, relativamente à utilização dada à infra-estrutura da Videira Norte para provas de motociclismo, dizendo que a autorização tinha sido dada, por uma vez, a uma empresa do ramo, para fazer um ensaio, desde que fosse garantida a segurança com a GNR, bem como a reposição dos eventuais estragos. Sobre a auditoria, disse que o Executivo tinha estado calado e que isso tinha sido interpretado como falta de argumentação, no entanto isso não era verdade, porquanto não tinham alimentado a polémica mas também não tinham estado quietos e que, a verdade dos factos era simplesmente que a firma responsável pela sua execução tinha feito uma comunicação preliminar e informal dos resultados e era norma da empresa só entregar o relatório final quando o cliente pagasse o trabalho; que, dado o volume de facturação existente e as pressões exercidas, o Executivo tinha entendido que existiam outras prioridades superiores que deveriam ser respeitadas. Sobre a questão de projectos, disse que eles não apareciam da noite para o dia e que para as obras aparecerem tinham que ser planeadas e projectadas e era precisamente isso que estava a ser feito. No tocante ao empréstimo, disse que o Executivo anterior, quando tinha tomado posse há 8 anos, tinha herdado do que o antecedeu, pronto para realizar capital, um projecto chamado Miroásis e Miravillas; que, tinha sido dito que o actual Executivo também podia dispor dos terrenos do golfe, mas na realidade não podia porque havia inúmeras questões ainda para resolver, desde logo o facto de parte do terreno estar englobado na rede “Natura 2000”, estando a decorrer negociações em Lisboa, para ser resolvido o problema para poder ser utilizado o terreno que tinha sido desafectado do regime florestal, sendo, por outro lado, necessário proceder à alteração do Plano Director Municipal, o que levaria o seu tempo; que a Câmara Municipal tinha encetado a revisão do PDM e que, como os recursos eram poucos, em vez de entregar o trabalho a uma empresa da especialidade, tinha-se socorrido dos seus técnicos e dos próprios elementos do Executivo para fazer o trabalho, com grande



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

esforço. Pelo que disse, concluiu que a questão do golfe que tem vindo a ser apontada como a árvore dos milhões, não era assim tão linear e não se chegaria lá tão depressa. Falou, depois, na Zona Industrial que estava quase toda alienada e onde existiam terrenos ainda de particulares e que a Câmara iria ter que negociar, para além do problema de que a Câmara Municipal não era ainda a legítima possuidora dos referidos terrenos; que, existia um plano de pormenor que não permitia a instalação de empresas para as quais tinham sido vendidas quantidades superiores a um lote e, como tal, esse problema tinha também que ser resolvido. No que diz respeito à variante, havia uma série de problemas subjacentes à aquisição dos terrenos, que não tinham sido escriturados, para além de não terem sido acauteladas uma série de questões que legalmente se impunham; que, para além disso, havia os planos de urbanização de Mira e Praia de Mira, que estavam em fase de elaboração pelo anterior Executivo e com base nos quais foram licenciadas obras, estando agora a Câmara a braços com mais um problema, uma vez que os planos tinham vindo devolvidos de Lisboa. Por último, disse que tinha sido atirada a pedra ao actual executivo pelo facto de não ter prosseguido com o projecto do cinema e serviços e explicou que uma das razões para tal tomada de atitude se prendia não só por questões financeiras mas também porque lhes parecia que a zona já estava suficientemente sobrecarregada e não tinha grande capacidade de estacionamento para que fosse usada convenientemente; que, obviamente, pessoalmente, gostaria de ver um cinema na Praia de Mira, assim como gostaria de ver um em Mira, mas que se tinham que estabelecer prioridades e aproveitou para questionar se uma piscina no Miroásis constituía uma prioridade para o concelho. No que toca à construção de um novo edifício dos Paços do Concelho, disse que todos os dias se perdia dinheiro por não existirem instalações funcionais, para além de que os munícipes não dispunham de instalações para serem atendidos com a dignidade que mereciam, bem como os funcionários e o edifício não respondia minimamente às necessidades de um serviço público moderno. Disse ainda que, bem perto, existiam edifícios muito mais recentes que já tinham sofrido remodelações e que este remontava a 1917 e que o novo edifício não se iria limitar a prestar apenas os serviços que o actual prestava, antes se destinaria a prestar outro tipo de serviços à população, e que, a seu tempo, lá se chegaria.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Dada a palavra ao deputado sr. Fernando Alves, este disse que todas as pessoas inscritas para falar o tinham feito numa primeira inscrição e, assim sendo, deveria ser-lhes dada a oportunidade de falarem. Perguntou, depois, quanto custava à Câmara Municipal a realização de uma auditoria e também para quando estava prevista a conclusão de obras de asfaltamento de vias, na Av.º 25 de Abril, na Lagoa, no Ramalheiro e também no passeio pedonal que existe entre o Guarda Marques e o cruzamento para a Barra. -----

----- O deputado Dr. José Balugas, interveio para dizer que era natural que existissem problemas por resolver e projectos para concretizar e não faria sentido que o executivo cessante entregasse, de mão beijada, projectos prontos a serem executados e obras prontas a serem inauguradas; que, relativamente ao Centro da Saúde da Praia de Mira, o mesmo não seria inaugurado sem que antes fosse feita a 2.ª fase e que, no que respeita ao cinema, ele apenas não iria existir porque o Executivo não queria. Abordou, a seguir, um assunto que disse não querer deixar de se referir a ele e que se tratava de um texto anónimo que lhe tinha chegado às mãos recentemente. Disse que condenava vivamente tal atitude, porque mexia com pessoas que muito considera e que era uma grande cobardia, política ou não, e uma grande falta de pudor assumir tais atitudes. Congratulou-se pela realização da Mostra de doces tradicionais e também pelo hastear da bandeira azul e ainda pelas marchas populares. Quanto a estas, disse ainda que algumas pessoas o abordaram para dizer que a verba despendida pela Câmara, no montante de 500 €, que ainda não tinham recebido, era manifestamente insuficiente para cobrir as despesas.-----

----- Em resposta às questões colocadas, designadamente pelo sr. deputado Fernando Alves, o sr. Vice-Presidente, Vereador Nelson Maltez, informou que a auditoria iria custar cerca de oito mil contos. No tocante às obras a que o mesmo deputado se referiu, disse que tinha tomado a devida nota. Sobre a intervenção do sr. deputado Dr. Balugas, disse que quando tinham chegado à Câmara, não esperavam encontrar todos os problemas resolvidos, mas que também deveria ser entendido que lhes tinham acenado com a venda dos terrenos do golfe, o que tem sido utilizado como trunfo para dizer que poderia servir para atenuar o endividamento; que, o penúltimo Executivo, do PSD, quando saiu, tinha deixado o Miroásis, desafectado, com plano de pormenor pronto para se poder vender os lotes, onde se tinham feito



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

um milhão e duzentos mil contos, de receitas directas, excluindo sisas; que, com a dívida que ficou, uma das quais referente aos terrenos da variante, tudo somado, daria qualquer coisa como três milhões de contos, verba esta que fica para investimento real da Câmara Municipal de Mira para 5-6 anos, o que quer dizer que o anterior Executivo entre aquilo que vendeu e aquilo que deixou em dívida, teve a mais 6 anos de investimento, portanto que não lhes fosse pedido que fizessem, em seis meses, milagres, pois estavam a trabalhar arduamente, de tal forma que nem têm tido tempo para falar.-----

----- Eram 16:30 horas quando o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por interrompida a sessão, tendo-se verificado um intervalo.-----

----- Recomeçados os trabalhos, cerca das 17:00 horas, entrou-se, de imediato, no “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”, tendo o sr. Presidente da Mesa da Assembleia informado que existia um lapso na ordem de trabalhos da sessão, uma vez que não constava e era obrigatória, a apresentação da situação financeira da autarquia, tendo mandado distribuir a todos os senhores deputados uma fotocópia do resumo Diário de Tesouraria, respeitante do dia 21 de Junho de 2002. -----

----- Inscrito para usar da palavra, interveio o deputado Dr. Juan António que disse que, em nome da coerência, porquanto se tinha batido no passado e continuava a bater-se agora, gostaria que o resumo diário de Tesouraria, bem como os restantes relatórios das diversas divisões, fossem entregues aos deputados com alguma antecedência, por forma a permitir uma leitura mais cuidada o que poderia até evitar algumas intervenções menos propositadas. De qualquer forma, disse congratular-se com a distribuição daquele documento, pois no passado apenas era dado a conhecer, verbalmente, o saldo existente. Também o deputado sr. Narciso Patrão se congratulou com a entrega do referido mapa, referindo apenas que o mesmo pecava por tardio. O sr. Presidente da Mesa apelou para que, de futuro, tal informação seja fornecida atempadamente.-----

----- “**PONTO ÚNICO: Confirmação do actual Regulamento Municipal de Taxas e Licenças**”.-----

----- A preceder a discussão do ponto em análise, o sr. Vice-Presidente fez uma ligeira explanação do assunto, dizendo que o mesmo tinha sido agendado com a concordância de um representantes de cada uma das bancadas e prendia-se com a aplicação do D.L. n.º 177/01, de 04 de Junho, que alterou o D.L. n.º



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

555/99 que define o regime jurídico da urbanização e da edificação; que, por imposição do artº. 2º. do referido D.L. nº. 177/02, o regulamento existente deveria ser confirmado pela Câmara Municipal e também pelo Órgão Deliberativo; que, se tinha já verificado a confirmação por parte da Câmara Municipal, em reunião de 11 de Junho corrente e que era agora necessária a confirmação da Assembleia Municipal, sem o que, correr-se-ia o risco de, no dia seguinte, a Câmara Municipal se ver impossibilitada de cobrar taxas provenientes da emissão de licenças. -----

----- Abertas as inscrições para discussão do tema em apreço, verificou-se, apenas, uma intervenção do deputado sr. Narciso Patrão que disse que, em nome da sua bancada, nada tinha a apor ao assunto apresentado. Passou-se, então, à votação, tendo-se verificado que o ponto único da presente sessão foi **aprovado por unanimidade.**-----

----- Tendo sido encerrado o ponto único da Ordem de Trabalhos da presente sessão, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminados os trabalhos, ao mesmo tempo que solicitou autorização para se proceder à assinatura, em minuta, da acta respectiva, a qual foi concedida por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezassete horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto. -----

